

Governo joga tudo contra as remarcações



Aldori Silva 15.6.88

Mailson, que completa sete meses no Ministério, terá que vencer pressão contra gastos

José Coury Neto

Para evitar que a inflação de agosto fique muito próxima dos 24,04% de julho, o Governo intensificará o combate à chamada inflação "preventiva", ou de "expectativa", que consiste na remarcação intensa dos preços por parte do comércio decorrente da perspectiva de um choque na economia. Até o momento, controlar esta tendência vem sendo uma das principais preocupações da área econômica, que começou o mês de agosto trabalhando com uma expectativa de 20,5% de inflação, já elevada para 22%.

A preocupação do Governo tem como base também o fato de que quase todas as medidas fiscais de combate ao crescimento do déficit público e, consequentemente, da inflação, já foram colocadas em prática. Exemplos são a antecipação do recolhimento de impostos, a liberação dos estoques reguladores de produtos agrícolas, o reajuste de tarifas e preços públicos um pouco abaixo da inflação e a aplicação de taxas de juros reais no overnight, além do atraso no reajuste dos combustíveis. O próprio ministro da Fazenda já deixou claro que a grande batalha até o final deste ano será no sentido de evitar a hiperinflação e criar condições de controlar o processo inflacionário em 1989, através do Orçamento da União que deverá estar concluído até o final deste mês. A meta prevista dentro deste orçamento é a de que o déficit público chegue até o final do ano que vem a 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

INPC assusta

Enquanto isso, o resultado da pesquisa no período de quatro semanas até a penúltima de julho do INPC (índice que tem a mesma estrutura de cálculo do IPC, medidor da inflação, mas com periodicidade diferente) apresentou um índice apenas 0,94% inferior aos 24,04%

apurados na inflação de julho (IPC). Nesses cálculos não foram ainda computados os novos preços dos combustíveis, reajustados na penúltima sexta-feira. Outro fantasma nos cálculos do IBGE é o reajuste de farinha de trigo e seus derivados.

Pela análise do IBGE, em São Paulo diminuiram os aumentos de preços do aluguel e do transporte, este último, porém, antes da elevação dos combustíveis. Os preços dos alimentos que participam hoje com 42,5% do índice, mantiveram-se estáveis com leve tendência à queda. Mas nesta área o Governo vem tentando atenuar a pressão dos alimentos através do adiantamento do reajuste de produtos com preços administrados, principalmente pães e massas. Técnicos da área econômica reconhecem que só a alta acelerada dos preços tem contribuído para aumentar a inflação e citam dois elementos igualmente perniciosos, que têm efeito crucial de pressão sobre a política monetária: o crescimento das exportações e as operações de conversão da dívida, que provocam a necessidade crescente de emissão de cruzados (ampliação da base monetária).

Redutor

Mesmo com a expectativa inicial de que a inflação deste mês certamente ficará acima dos 20%, os ministros da área econômica continuam descartando a idéia de aplicação de um novo choque na economia ou de um redutor de preços e salários, proposto pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, sob a alegação de que para a aplicação destes mecanismos deve-se ter o déficit público controlado, o que ainda não ocorre. Na verdade, o Governo tem consciência de que esses instrumentos de combate à inflação já não contam com credibilidade, nem dos empresários e nem da população como um todo.

O próprio Simonsen já aconselhou aos ministros da área econômica que, se o redutor for mal apli-

cado, o Governo deve desistir dessa idéia. Na proposta do ex-ministro, o redutor faz parte de um contexto mais amplo, no qual essa idéia é apenas uma das principais medidas. As outras duas são um rigoroso aperto fiscal e uma austera política monetária, dentro da qual os juros devem subir tanto quanto for necessário. Na realidade, essa proposta é de choque ortodoxo e o redutor seria adotado apenas para "quebrar a inércia inflacionária".

De acordo com o ex-ministro, caso seja adotado esse choque ortodoxo, a inflação irá cair no mês seguinte. Por isso, a seu ver, seria irrealista manter reajustes com base na inflação passada. "Não adiantaria praticar uma austeridade fiscal e monetária se os preços e salários continuassem subindo pela inflação passada. Dessa forma, Simonsen propõe que, após o choque ortodoxo, o Governo adote o redutor para o câmbio OTN, salários e preços administrados. Se, por exemplo, fosse aplicado, a partir deste mês, um redutor que fixasse os reajustes em 21% e não nos 24,04% de julho, com aperto nas políticas fiscal e monetária, o ex-ministro considera que muito possivelmente a inflação seria inferior a 21%.

Caso isso não ocorra, ele propõe que a diferença seja reposta no próximo mês, o que evitaria uma fuga de depósitos na caderneta de poupança, por exemplo, e uma defasagem no câmbio.

Quanto aos juros a serem sinalizados pelo Governo, o ex-ministro propõe apenas que sejam altos o necessário para causar a queda da inflação. Vários outros economistas pregam, entretanto, que a aplicação de um redutor, em casos de inflação descendente, também teria efeitos positivos sobre os salários, embora distantes dos ganhos provocados pela indexação atual. Mas no momento isso não deve ser levado em conta, já que é muito pouco provável que a inflação caia nos próximos meses, observam.